

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII - Nº 1.505 - BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 27 DE MAIO DE 2002



Rosevelt Pimheiro

Começa nova etapa de tramitação da CPMF

Após a publicação do parecer e o cumprimento dos prazos, senadores iniciam discussão da emenda que prorroga a cobrança da contribuição

O Plenário do Senado realiza, na sexta-feira, a primeira das cinco sessões de discussão da proposta de emenda constitucional que prorroga a vigência da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira. De acordo com o cronograma estabelecido pelos líderes partidários, já foram cumpridas as etapas de leitura e publicação do parecer da CCJ e interstício obrigatório. A votação em primeiro turno deve ocorrer no dia 4 e a decisão final em 12 de junho.

grama estabelecido pelos líderes partidários, já foram cumpridas as etapas de leitura e publicação do parecer da CCJ e interstício obrigatório. A votação em primeiro turno deve ocorrer no dia 4 e a decisão final em 12 de junho.

Plenário está cumprindo cronograma definido pelos líderes para a CPMF

PÁGINA 3

Comissão de Relações Exteriores analisa convenção contra terror

PÁGINA 4



Projeto dá atendimento preferencial a idosos no SUS

PÁGINA 2

Alca pode ser debatida em audiências nos estados

Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul examina amanhã requerimento para a realização de audiências públicas nos estados a fim de discutir a adesão do Brasil à Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

PÁGINA 4



Célio Azevedo

Pauta da CAE inclui regulamentação do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CAE vai examinar cinco pedidos de estados para empréstimos externos

PÁGINA 3

Congresso vota nomes para Conselho de Comunicação

O Congresso Nacional deve votar amanhã, às 14h, os nomes indicados para compor o Conselho de Comunicação Social. O órgão, auxiliar do Congresso, terá atribuições de apresentar estudos, pareceres e recomendações sobre atuação da mídia.

PÁGINA 2



Tebet preside sessão do Congresso

José Cruz



Roosevelt Pinheiro

Ademir Andrade apresentou substitutivo ao projeto aprovado pela Câmara dos Deputados

CAS examina preferência para idosos no SUS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) analisa na quarta-feira substitutivo do senador Ademir Andrade (PSB-PA) a projeto da Câmara dos Deputados que determina atendimento preferencial a idosos, gestantes, portadores de deficiência física e crianças de primeira idade para marcação de consultas e exames nas instituições e unidades de saúde. Ademir fez alterações no texto para adequá-lo à legislação em vigor.

A proposta determina atendimento prioritário a portadores de deficiência física, idosos com idade igual ou superior a 60 anos, gestantes, lactentes e pessoas acompanhadas por crianças de colo. Também estabelece que as unidades do Sistema Único de Saúde (SUS) destinem locais exclusivos para marcação de consultas e exames de que necessitem esses beneficiários.

Está na pauta da CAS também substitutivo do senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) que proíbe o uso do sistema de jateamento de areia a seco. O projeto original, do deputado Carlito Merss (PT-SC), propunha a proibição do jateamento de areia para limpeza e reparo e também impedia a utilização de outros processos que comprovadamente causam pneumoconiose.

— O que se deve proibir é o emprego de jateamento de areia a seco, não de todos os outros processos produtivos que comprovadamente causem pneumoconiose. Do contrário, estaríamos, por exemplo, impedindo toda a atividade mineradora do país — argumenta Juvêncio.

Conselho de Comunicação deve ser eleito amanhã

Escolha dos indicados para compor o órgão auxiliar do Legislativo cabe ao Congresso Nacional. A sessão está prevista para as 14h

O Congresso Nacional realiza amanhã, a partir das 14h, sessão em que serão eleitos os indicados para compor o Conselho de Comunicação Social. O conselho, conforme determina a Constituição, é órgão auxiliar do Congresso com atribuições de apresentar estudos, pareceres e recomendações sobre assuntos de caráter nacional relativos à comunicação social.

Serão responsáveis do conselho temas como a liberdade de manifestação de pensamento, da criação, da expressão e da informação, além da propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias nos meios de comunicação social. Também as diversões e espetáculos públicos, a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão. O conselho deve tratar ainda do monopólio ou oligopólio dos meios de comunicação e das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas da programação das emissoras de rádio e TV.

Outros assuntos sobre os quais o conselho poderá ser chamado,

Indicados para o Conselho de Comunicação Social		
Categoria representada	Titular	Suplente
Empresas de rádio	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Carneiro
Empresas de TV	Roberto Wagner Monteiro	Flávio Martinez
Imprensa escrita	Paulo Cabral de Araújo	Carlos Roberto Berlick
Engenheiros com conhecimento em comunicação social	Aleksandr Mandic	Alexandre Annenberg
Categoria dos jornalistas	Daniel Herz	Frederico Ghedini
Categoria dos radialistas	Francisco Pereira da Silva	Oriando Pereira
Categoria dos artistas	Berenice Bezerra	Stephan Nercessian
Profissionais de cinema e vídeo	Geraldo dos Santos	Antônio Ferreira
Sociedade civil	José Paulo Cavalcanti	Ana Saibro
Sociedade civil	Alberto Dines	Rubem Martins Amorese e Murilo Ramos
Sociedade civil	José Sóter	Bernardo Felipe e Jonas Chagas
Sociedade civil	Ricardo Moretzohn	Regina Festa
Sociedade civil	Assunção Hernandes	Carlos Chagas

pelo Congresso, a se pronunciar são a promoção da cultura nacional e regional e o estímulo à produção independente e à regionalização da produção cultural, artística e jornalística. A complementaridade dos sistemas privado, público e estatal de radiodifusão e a defesa da pessoa e da família diante de programas ou pro-

gramações de rádio e TV que contrariem a Constituição devem também passar pelo órgão.

Ainda é da competência do conselho posicionar-se sobre a propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens; a outorga e renovação de concessão, permissão e autorização de serviços de rádio e TV.

Sociedade espera instalação desde 1988, afirma Tebet

O presidente do Senado, Ramez Tebet, ressaltou sexta-feira a importância da nomeação dos membros do Conselho de Comunicação Social, que o Congresso Nacional votará amanhã. Segundo disse, desde a promulgação da Constituição de 1988 a sociedade reclama a instalação do órgão.

— Felizmente as Mesas do Senado e da Câmara e as entidades da sociedade civil indicaram os nomes que o Congresso vai aprovar, e o conselho poderá finalmente ser instalado e agir — afirmou.

Tebet lembrou que o conselho será órgão de assessoramento do Legislativo em todos os assuntos referentes à comunicação, inclusive a concessão de licenças de funcionamento de emissoras de rádio e televisão, que é atribuição do Senado.

— O conselho vai auxiliar o Congresso, as emissoras e órgãos de imprensa no sentido de formar e informar melhor a opinião pública. Com certeza vai dar uma grande contribuição à cultura nacional — observou.



José Cruz

Para Tebet, Conselho de Comunicação Social dará grande contribuição à cultura nacional



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 27 DE MAIO DE 2002

PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativa

PREVISÃO

Terça-feira
14h — Sessão conjunta do Congresso Nacional
Pauta: eleição do Conselho de Comunicação Social. Plenário da Câmara

COMISSÕES

Terça-feira
10h — Comissão de Assuntos Econômicos
1ª Parte
Pauta: entre outros, PLS nº 85/01, dispõe sobre a regulamentação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; Mensagem nº 155/02, propõe ao Senado autorização para contratação de operação de crédito externo, com garantia da União, no valor equivalente a US\$ 34 milhões, de principal, entre os governos de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinada a financiar parcialmente o Programa de Ação nos Cortiços do Estado de São Paulo
2ª Parte
Pauta: entre outros, Mensagem nº 123/02, propõe ao Senado seja autorizada realização de operações financeiras voltadas ao reescalonamento da dívida da República de Moçambique com o Brasil, no montante de US\$ 150,8 milhões, com base nas Atas de Entendimentos firmadas no chamado Clube de Paris; PLS nº 685/99 (tramitando em conjunto com o PLS nº 26/00), altera os artigos 6º e 7º da Lei nº 9.069/95, que dispõe sobre o Plano Real e o sistema monetário nacional, estabelece as regras e condições de emissão do real e os critérios para conversão das obrigações para o real. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

11h30 — Comissão de Educação
Pauta: entre outros, PLS nº 202/99, introduz modificações na Lei nº 4.117/62, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

14h30 — Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul
Pauta: apresentação, discussão e votação da complementação de voto ao relatório da senadora Emilia Fernandes ao PDL, de autoria do senador Roberto Saturnino, que convoca plebiscito sobre a suspensão das negociações para o ingresso do Brasil na Alca; e requerimentos do deputado Inácio Arruda. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Pauta: entre outros, PDL nº 4/02, aprova o texto da Convenção Internacional sobre a Supressão de Atentados Terroristas com Bombas, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas; PDL nº 8/02, aprova o texto do Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado entre os governos do Brasil e da Costa Rica. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7*

18h30 — Comissão Mista destinada a examinar a MP nº 2.151-3, que regulamenta o artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (anistiado político)
Pauta: leitura do relatório. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Morais e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

BALANÇO

Senado anistiou petroleiros demitidos entre 1994 e 1996

A anistia a dirigentes, representantes sindicais e demais trabalhadores da Petrobras que sofreram punições ou foram despedidos entre 1º de setembro de 1994 e 1º de setembro de 1996, por terem participado de movimentos grevistas, foi aprovada na última quinta-feira pelo Senado.

O relator da matéria, José Eduardo Dutra (PT-SE), lembrou que o projeto foi fruto de intensas negociações envolvendo o PT, a base governista e os sindicatos, e representou "um final feliz para uma longa novela". Segundo Dutra, a aprovação do projeto de lei da Câmara finalmente corrige "um flagrante desrespeito à Constituição".

De acordo com o projeto, não haverá pagamento de salários retroativos à data de demissão dos trabalhadores e dirigentes sindicais. É assegurado, contudo, o cômputo do tempo de serviço, a progressão salarial e o pagamen-



José Eduardo Dutra aponta "final feliz para longa novela"

to das contribuições previdenciárias, tanto pública quanto privada, do período compreendido entre as dispensas ou suspensões contratuais e a vigência da nova lei.

GILMAR MENDES
A indicação do advogado-geral da União Gilmar Ferreira Mendes para ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do ministro José Néri da Silveira, foi aprovada pelo Senado, com 57 votos favoráveis e 15 contrários. Apesar de a votação haver sido secreta, Gilmar Mendes teve sua indicação e imparcialidade questionada publicamente pela oposição, que entendeu que o jurista é por demais identificado com o governo do presidente Fernando Henrique.

Para o cargo de diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), foi aprovado o nome de Dario Ardissonne Nunes.

A mais longa das greves

Ocorrida entre maio e junho de 1995, a greve dos petroleiros foi a mais longa deflagrada no país por empregados de empresa estatal. Durou 32 dias e acabou com a demissão de 59 funcionários da Petrobras, em sua maioria sindicalistas. Entre eles estava o coordenador da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Antônio Carlos Spis. A primeira grande mobilização enfrentada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso foi reprimida com rigor pelo governo, que determinou a ocupação, pelo Exér-

cito, de várias unidades da Petrobras, como a Refinaria de Paulínia (SP), a maior do país. Por duas vezes, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) considerou a greve abusiva e multou a FUP em R\$ 100 mil por dia não trabalhado.

Nenhuma das reivindicações – reajuste salarial entre 12% e 18%, reintegração dos demitidos no governo Collor e pagamento de dívidas trabalhistas – foi atendida pela Petrobras. Durante a greve, chegou a faltar gasolina e gás de cozinha no mercado.

Pedidos de empréstimos estão na pauta da CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) apreciará amanhã, a partir das 10h, cinco pedidos de estados para tomar empréstimos no exterior, com aval da União, para a execução de projetos nas áreas de transportes, habitação e apoio ao desenvolvimento. Três dos créditos se destinam ao estado de São Paulo, no valor de US\$ 363 milhões.

O Programa de Ação nos Cortiços do estado de São Paulo deve-

rá receber US\$ 34 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); os projetos de recuperação das rodovias estaduais contarão com US\$ 120 milhões, também do BID; e a expansão do metrô paulistano (4ª linha) receberá financiamento de US\$ 209 milhões do Banco Mundial.

A CAE discutirá pedido do governo de Rondônia para tomar empréstimo de US\$ 35 milhões junto à Corporação Andina de

Fomento. Os recursos serão aplicados no Programa de Gerenciamento da Malha Rodoviária do estado de Rondônia. O governo do Acre pede ao Senado autorização para assumir financiamento de US\$ 64,8 milhões, a ser aplicado no Programa de Desenvolvimento Sustentável do estado.

Também estará em discussão projeto do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) que regulamenta o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

O senador pondera que, passados mais de 30 anos desde sua criação, os critérios e prioridades permanecem um assunto fechado até mesmo para os tradicionais beneficiários do fundo. O projeto estabelece as condições de funcionamento do fundo e padroniza a aplicação dos recursos dos vários fundos setoriais, o que abre espaço para o planejamento efetivo de uma política nacional de ciência e tecnologia.



Célio Azevedo

Luiz Otávio propõe facilidade na renegociação de débitos

Da pauta de 21 itens, consta projeto do senador Luiz Otávio (PPB-PA) que estende às pessoas físicas o direito de renegociar seus débitos fiscais em condições semelhantes às do Programa de Recuperação Fiscal (Refis).

Plenário começa a discutir a prorrogação da CPMF

Senadores examinam também nesta semana sete projetos da Comissão Mista de Segurança Pública e votam emendas constitucionais

O Senado inicia na próxima sexta-feira (31) a discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição que prorroga a cobrança da CPMF até 31 de dezembro de 2004, quando o próximo presidente da República estará completando o segundo ano de mandato. Acordo de lideranças permitiu que a matéria comece a ser discutida nesta semana, a fim de que sua votação em segundo turno aconteça no dia 12 de junho.

Também por acordo partidário, ficou decidido que Romero Jucá (PSDB-RR) rerepresentará em Plenário emenda que elimina a exigência do transcurso de 90 dias entre a promulgação e a cobrança da CPMF. A emenda se ampara no entendimento de que, por se tratar de prorrogação, e não de criação, não há necessidade da noventena.

Amanhã, Senado e Câmara se



Romero Jucá vai rerepresentar emenda que acaba com a noventena para a CPMF

reúnem para eleger o Conselho de Comunicação Social.

Nesta quarta-feira, o Senado vota em segundo turno proposta de emenda à Constituição de Bernardo Cabral (PFL-AM) que extingue a resolução com que o Tribunal Superior Eleitoral determinou a verticalização das coligações partidárias.

No mesmo dia, em primeiro turno, o Senado vota proposta que incorpora os policiais militares do

extinto território federal de Rondônia aos quadros da União. Será iniciada, em primeiro turno, a discussão de propostas de Álvaro Dias (PDT-PR) e Romero Jucá destinadas a instituir contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública do Distrito Federal e municípios.

Oriundos da Comissão Mista de Segurança Pública, serão discutidos sete projetos. O primeiro dispõe sobre os crimes de lavagem ou ocultação de bens. O segundo altera o Código de Processo Penal nos dispositivos concernentes às provas. O terceiro normatiza o cadastramento de usuários de telefones pré-pagos. Um quarto projeto altera a redação dos crimes contra a pessoa, o patrimônio e os costumes. O quinto altera a parte geral do Código Penal nos artigos relativos às penas restritivas de direito. O sexto dispõe sobre o Sistema Nacional Antidrogas, e o sétimo modifica a pena cominada aos crimes de corrupção ativa e passiva.

Contribuição foi um dos temas da semana

A proposta de emenda à Constituição que prorroga a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) deu largos passos na semana passada no Senado, depois de vários dias de discussão sobre o andamento da matéria. Na quarta-feira, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou o parecer do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) que recomendou a votação favorável da proposta, mas fez pesadas críticas à contribuição.

Na terça-feira, a Comissão Mis-

ta de Orçamento aprovou parecer do senador Moreira Mendes (PFL-RO) propondo a retomada das obras dos dois prédios do Fórum trabalhista de São Paulo, interrompidas em 1998 quando se descobriu o desvio de R\$ 169 milhões de verbas federais destinadas ao empreendimento.

A Comissão de Educação aprovou projeto do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) que exige das emissoras de rádio e de televisão mais programas destinados à cultura local e regional. A comissão acatou projeto de Re-

nan Calheiros (PMDB-AL) que tipifica como crime as atividades dos hackers, especialistas na invasão e adulteração de informações eletrônicas.

Já a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deu parecer favorável a uma proposta de mudança da lei para exigir que os rodeios de animais, atividades de montaria ou de cronometragem de provas de laço disponham de infra-estrutura médica para atendimento aos peões que se acidentarem. Tais atividades também deverão contar com veterinário.

Encontro Europa-Mercosul pouco avançou, diz Jefferson

Para o senador, reunião de cúpula frustrou expectativa dos que querem maior integração entre os blocos e redução de barreiras comerciais

Jefferson Péres (PDT-AM), presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), disse que o encontro da cúpula União Européia-América Latina, realizado recentemente em Madri, na Espanha, causou uma grande frustração naqueles que querem uma maior integração entre Europa e Mercosul.

Segundo o senador, o acordo comercial entre os dois blocos, que deverá entrar em vigor a partir de 2005, mesma data programada para ter início a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), em nada avançou no encontro de Madri, onde a cúpula "quase nada teve a apresentar além de uma declaração de solidariedade à Argentina, a inclusão da guerrilha colombiana na lista negra do antiterrorismo e um pacto comercial beneficiando exclusivamente o Chile".



Para Jefferson, a boa notícia internacional foi a independência do Timor Leste

Jefferson Péres disse que o presidente Fernando Henrique Cardoso foi o porta-voz, durante o encontro, do apelo para uma maior cooperação comercial, principalmente mediante o fim das barreiras tarifárias e não-tarifárias impostas pelos países ricos aos países menos desenvolvidos, como o Brasil. No entanto, nenhum resultado foi obtido, observou.

Ao comentar os últimos acontecimentos internacionais, o senador disse que a boa notícia veio mesmo do Timor Leste, que estava sob o domínio da Indonésia e teve sua independência proclamada no último dia 19, constituindo-se na primeira nação do novo milênio.

Segundo Jefferson, com a posse do presidente Xanana Gusmão, "terminou numa festa de paz, alegria e fraternidade mais de um quarto de século de opressão e tortura, impostas pelos indonésios". O senador fez questão de destacar a decisiva contribuição ao Timor Leste prestada pelo diplomata brasileiro Sérgio Vieira de Melo, à frente das autoridades das Nações Unidas incumbidas de organizar a transição para a independência.

Estados podem debater conseqüências da Alca

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul votará amanhã, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), requerimento para realização de audiências públicas nos estados, com o objetivo de discutir as conseqüências da implantação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).



Projeto de Saturnino, propondo plebiscito, também será examinado

gociações para o ingresso do Brasil na Alca pelo prazo de 20 anos.

A comissão também deverá decidir sobre a complementação de voto ao relatório de Emilia Fernandes (PT-RS) que trata do projeto de decreto legislativo de Roberto Saturnino (PT-RJ) convocando plebiscito a respeito da suspensão das negociações para o ingresso do Brasil na Alca pelo prazo de 20 anos.

Também deve ser votado o relatório do senador José Fogaça (PPS-RS) sobre aprovação do texto da convenção celebrada entre Brasil e Paraguai para evitar a dupla tributação em matéria de Imposto de Renda, prevenir e combater a evasão fiscal e sobre matérias aduaneiras. Outro acordo internacional a ser apreciado é o protocolo adicional ao Acordo-Quadro de Cooperação em Aplicações Pacíficas das Ciências e Tecnologias Espaciais, celebrado entre Brasil e Argentina.

Convenção contra terrorismo será analisada

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) discutirá amanhã aprovação da Convenção Internacional sobre a Supressão de Atentados Terroristas com Bomba, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1997 e subscrita pelo Brasil em 1999. O relator, Iris Rezende (PMDB-GO), apresentou parecer favorável.

A CRE apreciará também requerimento do senador Eduardo

Suplicy (PT-SP) que propõe o envio de um voto de aplauso à delegação especial da Palestina no Brasil, pelo transcurso do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Palestino.

Ainda faz parte da pauta da CRE, o polêmico acordo entre Brasil e Estados Unidos sobre a Cooperação entre as Autoridades de Defesa da Concorrência na Aplicação das Leis de Concorrência.



Relator do projeto, Iris Rezende apresentou parecer favorável à convenção

Comissão vota projeto que valoriza a cultura local

A Comissão de Educação do Senado Federal deve votar em turno suplementar, amanhã, substitutivo do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) a projeto que determina que as emissoras de rádio e TV dediquem 30% de sua programação à cultura local e regional, no prazo de cinco anos. Caso não seja apresentado recurso para votação em Plenário, a proposta seguirá para a Câmara dos Deputados, já que estará sendo examinada em caráter terminativo.



Substitutivo de Maldaner tramita em caráter terminativo na CE

No substitutivo ao projeto de Antero Paes de Barros (PSDB-MT), que foi aprovado no último dia 21 pela CE, fica estabelecido que a porcentagem mínima para a veiculação de programas locais valerá para os horários das 18h às 22h, na televisão, e das 6h às 18h, no caso do rádio. As emissoras que deixarem

de cumprir as novas normas pagarão multas de R\$ 1 mil a R\$ 20 mil.

Com parecer favorável de Mauro Miranda (PMDB-GO), a CE deverá examinar projeto da Câmara que confere ao falecido governador Mário Covas a designação de Patrono do Turismo Nacional. A proposta, conforme o relator, torna públicos os méritos de Mário Covas e constitui, também, uma forma de perpetuar o exemplo do político.

Constam ainda da pauta da CE projetos do Senado que homenageiam Múcio Teixeira, dando-lhe o nome do viaduto no Km 166 da BR-060; Ovídio José dos Santos, dando seu nome a viaduto no Km 620 da BR-153, em Morrinhos (GO); e Sérgio Ceotto, com nome dado à ponte sobre o Rio Doce, em Colatina (ES).

BALANÇO

Aprovada participação de capital estrangeiro na mídia

O Senado aprovou em Plenário, por 57 votos favoráveis, um contrário e uma abstenção, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que permite a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de imagens, até o limite de 30% do capital votante ou total. Aprovada anteriormente pela Câmara dos Deputados, a PEC será promulgada em sessão solene do Congresso Nacional, em data a ser marcada.

Outra PEC aprovada foi a que cria Tribunais Regionais Federais em Minas Gerais, no Paraná, na Bahia e no Amazonas. O autor da proposta, Arlindo Porto (PTB-MG), diz que os tribunais permitirão o julgamento de milhares de ações federais naqueles estados.

O aumento de penas para crimes contra a administração pú-



PEC que cria TRFs, de autoria de Arlindo Porto, também foi aprovada

blica foi aprovado em primeiro turno pelo Senado. Pelo projeto, a pena mínima para corrupção passiva e ativa passa para dois anos, e a pena máxima, para 12 anos de prisão. Como é um projeto proveniente da Comissão Mista de Segurança, a

matéria tem tramitação especial e terá votação em segundo turno. A contratação de operações de crédito externo no valor total de US\$ 181,5 milhões também foi aprovada. Os recursos devem beneficiar projetos da Força Aérea Brasileira (FAB), o Banco Central (BC) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A primeira operação, de US\$ 14,46 milhões, consiste em empréstimo entre o governo federal e o Banco Mundial. A segunda é um financiamento US\$ 167,054 milhões junto aos bancos HSBC e Crédit Commercial de France.